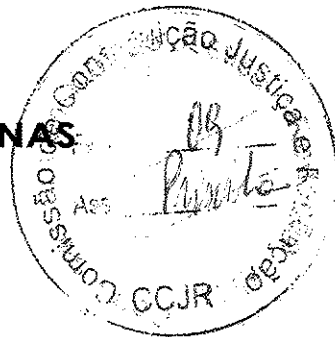




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 39/2018

PROPONENTE: DEPUTADO JOSÉ RICARDO

RELATOR: DEPUTADO SERAFIM CORRÊA

DISPÕE, sobre a criação do Disque-Saúde no âmbito do Estado do Amazonas.

I – RELATÓRIO

O Ilustre Parlamentar JOSÉ RICARDO toma a iniciativa de propor o presente Projeto de Lei nº 39/2018, que dispõe sobre a criação do Disque-Saúde no âmbito do Estado do Amazonas.

Tal propositura foi apresentada no dia 13/03/2018, sendo incluída em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 14, 15 e 20/03/2018, sem receber emendas.

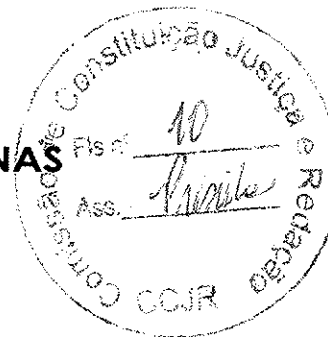
Posteriormente, foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Art. 27, I, “a” c/c Art. 127, III do Regimento Interno, para a emissão de parecer.

É o relatório.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR



II – FUNDAMENTAÇÃO

Compete-nos nesta oportunidade, em atendimento as determinações do Art. 127, III c/c Art. 128, III do Regimento Interno, analisar a proposta quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa.

O presente Projeto de Lei é de natureza legislativa, de competência concorrente, nos termos do Art. 24, XII, da CRFB/88 e Art. 18, XII, da CE, e, quanto à iniciativa, de competência de membro desta Casa, em obediência aos ditames do Art. 33, da Constituição do Estado c/c o Art. 87, I do Regimento Interno, senão vejamos:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde”. (g.n.)

“Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com a União sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde”. (g.n.)

“Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição”. (g.n.)

“Art. 87. A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR

*Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto
à autoria:*

I – Deputado”. (g.n.)

Portanto, não há nenhum óbice quanto a aprovação do presente
Projeto de Lei nº 39/2018.

III – VOTO DO RELATOR

Ex positis, sou **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº
39/2018, visto que não há nenhum óbice a sua tramitação, quanto aos aspectos que cabe
a esta Comissão examinar.

É o parecer.

**S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17
de abril de 2018.

Deputado **SERAFIM CORRÊA - PSB**

Relator



ESTADO DO AMAZONAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação
por unanimidade de
votos aprovou o parecer do Relator

Em 24/05/2018

PRESIDENTE

RELATOR

Relator DEP SETEVAL CORREIA

x Dep. Luiz Carlos